

A filosofia do Bem Viver, inspiradora para uma educação na natureza

***(The «Good Living» philosophy: an inspiration
for education in nature)***

*Inez PINHEIRO
Escola Vera Cruz (Sao Paulo)*

*Beatriz FERNÁNDEZ HERRERO
Facultade de Humanidades
Campus de Lugo
Universidade Santiago de Compostela*

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise da filosofia do Bem Viver como uma alternativa ao paradigma da vida contemporânea, que passa por um distanciamento do ser humano em relação à natureza, centrado no uso abusivo da mesma. Não é apenas uma crítica ao sistema capitalista e ao modelo ocidental, que se pretendem universais, mas também uma reflexão sobre as possibilidades que diferentes modos de vida já existentes podem oferecer, como os dos povos indígenas, que inspiram o Bem Viver e nos convidam a pensar em novos modelos de vida e relações, mais orientados para o respeito, a justiça, a solidariedade e a paz. A possibilidade do Bem Viver só pode ser conquistada através de um novo modelo de educação, que deve abandonar sua doutrina unificadora para se tornar crítica e libertadora. Para justificar essa proposta, uma análise do projeto educacional «Escolas de Bem Viver» do Equador é apresentada para mostrar que o Bem Viver não é algo irrealizável, mas sim possível.

PALAVRAS CHAVE: Bem Viver; Relação ser humano-natureza; Justiça social; Altermundialismo; Culturas originárias; Educação.

ABSTRACT: This work offers an analysis of the «Good Living» philosophy as an alternative to the model of contemporary life, which focuses on man's abuse of nature and his indifference towards it, with humans being considered superior – the center of the world. Not only does the article criticize the capitalist system and western model, which claim to be universal, but it also reflects on the possibilities that other life styles may have to offer, such as those of the indigenous populations that inspire «Good Living». This leads us to contemplate new models of life and relationships, more orientated towards respect, justice, solidarity and peace. The possibility of «Good Living» can only be obtained through a new model of education, which must abandon its unifying doctrine in order to become a critical, liberating example. Therefore,

in justification of this proposal, an analysis of the educational project «Good Living schools» in Ecuador has been carried out to demonstrate that it is not an unattainable goal, but rather, well within our possibilities.

KEY WORDS: Good Living; Human-nature relationship; Social justice; Alter-globalism; Indigenous people; Education.

Introdução

A globalização contemporânea impõe um paradigma de vida centrado no uso abusivo da natureza e um afastamento dos seres humanos em relação à ela. Ao se considerar a espécie mais importante e superior às outras, o ser humano acabou por desenvolver um sistema que se pretendia universal, etnocêntrico e exploratório. Porém, este modelo único de civilização tem sido posto em dúvida em várias frentes de crítica: no âmbito do pensamento, com as chamadas filosofias da suspeita (Nietzsche, Marx, Freud, etc.), que dão origem à pós-modernidade e prevêm o final da razão moderna; na política, em que a proposta de descolonização reivindica o direito à autonomia de todos os povos; e nas próprias crises econômicas, financeiras, ambientais ou civilizacionais ao longo do século XX e dos anos transcorridos do século XXI, entre outros acontecimentos, onde foram plantadas as sementes do que poderíamos chamar de movimento de altermundialismo, e que defendem a ideia de que «outro mundo é possível», nos convidando a pensar em novos modelos de vida e relacionamentos, mais voltados para o respeito, a justiça, a solidariedade e a paz.

O conceito de Bem Viver baseia-se na recuperação das formas de vida típicas de algumas culturas não-ocidentais, entre elas as dos povos do continente americano anteriores à chamada «Descoberta da América». Antes dos europeus chegarem às suas terras, estes povos viviam em harmonia com a natureza, integrados holisticamente com o meio ambiente, como partes de um mesmo corpo, filhos de uma mesma mãe (a Pachamama, que em quechua significa «Mãe Terra»).

Na Europa, a descoberta de uma terra até então desconhecida por eles resultou na construção de um paradigma eurocêntrico, onde o mundo estaria a serviço dos europeus, para ser explorado livremente por estes. De acordo com esse paradigma, a natureza existiria para ser utilizada livremente pelos seres humanos. As raízes judaico-cristãs também reforçavam essa ideia, como no trecho do *Gênesis*, que diz: «E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, sobre todo o animal que se move sobre a terra» (1:28). Os europeus viam-se superiores a outras civilizações, considerando os não europeus como povos inferiores que, para adquirir a condição humana plena, deveriam adequar-se aos seus padrões civilizatórios.

Alguns séculos mais tarde, com a revolução industrial e posteriormente a exploração do petróleo e modernização da agricultura, um enorme crescimento da população humana acelerou ainda mais as ações humanas sobre a natureza. Com a globalização, a tecnologia, o êxodo urbano e os importantes avanços da medicina, o planeta sofreu grandes

impactos, principalmente no que diz respeito ao uso de seus recursos naturais. Se por um lado esse modelo de tecnologia e progresso produziu muitas conquistas para a humanidade, por outro foi bastante destrutivo e desconsiderou outros paradigmas e modos de ser no mundo.

Desta época até os dias de hoje, vivemos em escala mundial a realidade alarmante das desigualdades sociais, a exploração sem controle dos recursos naturais, mudanças climáticas e outros impactos ambientais. A ideia de desenvolvimento econômico ocidental baseada na acumulação de bens e exploração de recursos naturais mostra-se cruel e fracassada. O capitalismo se revela um modelo injusto e suas consequências, desastrosas. Faz-se urgente uma mudança profunda de mentalidade para que o ser humano se dê conta de que, se permanecer nesse caminho, tornará inviável a conquista da justiça social e uma relação de harmonia e solidariedade entre os seres, já que em sua própria essência, o modelo vigente incentiva a competitividade e o individualismo. Chegamos a um ponto em que precisamos assumir nossos erros, buscar novas possibilidades e construí-las, juntos.

Diante desses questionamentos, há referências de outros modelos de vida possíveis que podem ser encontradas nas sociedades com bases comunitárias, que há milhares de anos vivem de forma harmônica com a natureza e possuem valores bastante diferentes dos nossos. Por serem sociedades que sempre defenderam um modelo antagônico ao que conhecemos, foram marginalizadas e muitas vezes precisaram se submeter aos países ditos «adiantados», por não estarem de acordo com o padrão econômico estabelecido por estes como «desenvolvido». Este artigo busca trazer o valor da filosofia de vida dos povos indígenas, que têm muito a oferecer na mudança de paradigma proposto como uma alternativa e possibilidade viável a todos os seres que habitam o mundo, baseados nos princípios de dignidade, justiça e respeito.

O Bem Viver tira o mercado do lugar de prioridade e coloca a vida como princípio de tudo, o ser humano como parte da natureza e em igualdade de importância com todos os outros seres. Questiona o modo de vida capitalista e propõe uma vida em comunidade, mais igualitária e justa, onde todos os indivíduos cuidem-se mutuamente e o bem estar de cada um dependa do equilíbrio do grupo.

Para que uma mudança tão significativa possa ser viável, são necessários novos modelos de educação, que devem ser críticos, transformadores e libertadores.

Assim, este artigo busca ser crítico e construtivo: crítico ao questionar o modelo único vigente até agora; e construtivo, ao projetar o início do que pode se tornar um novo modelo.

Novas construções

Necessitamos de uma verdadeira ruptura civilizatória. O capitalismo se revelou um sistema cruel, absolutamente individualista, produtor de desigualdades imensuráveis, que desumaniza o ser humano, devasta a natureza e nos distancia do que temos de mais bonito e genuíno - a empatia, as relações, a coletividade.

Em seu livro *O Bem Viver, uma oportunidade para imaginar outros mundos*, Alberto Acosta¹ faz uma dura crítica à promessa de «desenvolvimento» que nos fizemos nos últimos 60 anos, baseada apenas em aspectos econômicos, e que, por este motivo, entraria em colapso em algum momento, já que qualidade de vida não se mede somente com esse parâmetro. Ou, como diz o economista britânico Kenneth Boulding, «qualquer um que acredite que o crescimento exponencial pode durar para sempre em um mundo finito ou é louco ou economista».²

Ao assumir seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, Harry Truman definiu o que seria a meta mundial dos países a partir dali: o «desenvolvimento». Com um discurso de que as regiões desenvolvidas deveriam incentivar o avanço e o progresso das subdesenvolvidas, inaugurava-se uma estrutura de dominação entre pobres e ricos, avançados e atrasados, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os países considerados subdesenvolvidos passaram a buscar o título de «país em desenvolvimento», mesmo que para isso tivessem que se submeter a explorações de seus territórios e uma cruel estrutura hierárquica, aceitando intervenções políticas vindas dos países desenvolvidos para igualmente chegarem ao tal «desenvolvimento».³

Porém, a grande questão que se coloca aqui é esta definição de desenvolvimento, que se baseia apenas em um parâmetro único e homogeneizador e, assim, ignora, exclui e inferioriza o que é próprio desses países subdesenvolvidos. Enrique Dussel descreve essa situação como o mito da Modernidade, em que a civilização europeia se considera mais desenvolvida, superior e, portanto, com a exigência moral de desenvolver o bárbaro, caindo no que ele chama de *falácia do desenvolvimento*.⁴

Mas se abrirmos espaço para outros parâmetros e ampliarmos nossa ideia de desenvolvimento para além da economia, veremos que outras formas de relações são possíveis, tanto dos seres humanos entre si, como destes com os outros seres.

As sociedades com bases comunitárias têm como princípios a interdependência de todos os seres. Neste modo de organização social, os objetivos do grupo são mais importantes do que os objetivos individuais de seus membros, a prioridade é o bem estar coletivo e não individual, como num sistema tipicamente capitalista. É como se, para sentir-se pleno, o indivíduo necessitasse que tudo em seu entorno estivesse equilibrado.

Apesar de haver dados suficientes mostrando que, da maneira como temos vivido estamos bastante ameaçados e que devemos começar a imaginar outras possibilidades de nos relacionar com nosso planeta, este artigo não pretende ser uma proposta de mudança de sistema econômico. Na verdade, é um convite à reflexão sobre o que podemos aprender com sociedades que têm formas de vida tão diferentes da nossa e que podem nos ensinar e trazer reflexões profundas e nos apontar caminhos para novas possibilida-

¹ Alberto Acosta, *O Bem Viver, uma oportunidade para imaginar outros mundos* (São Paulo: Elefante, 2016).

² Kenneth Boulding, citado por Acosta, *Ibidem* 34.

³ *Ibidem*.

⁴ Enrique Dussel, 1492. *O encobrimento do Outro* (Santiago: Encrucillada, 1992), 200.

des. Timothy D. Ireland⁵ cita Hessel e Morin, que afirmam que na civilização contemporânea restringimos a ideia de bem estar aos bens materiais, consumo, propriedade. Porém, esses aspectos não produzem o bem-estar, o que garante o bem estar, segundo eles, são as amizades, o amor, a coletividade e a realização pessoal.

Vivemos um momento onde se faz urgente uma nova relação do ser humano com a natureza. Vemos surgir correntes de pensamento que propõem a reconexão do humano com a natureza, uma educação ao ar livre, uma vida mais sustentável.

Porém, mesmo tendo exemplos de sociedades comunitárias que há séculos vivem de forma harmoniosa com a Terra, permanecemos não dando voz a esses povos, acreditando que não temos nada a aprender com eles, que somos superiores, que nosso modo de vida é soberano.

Historicamente, impusemos à essas sociedades nossos hábitos, crenças, idiomas, nosso modo de vida e olhamos para tudo o que não condiz com nossa realidade com estranhamento e intolerância. Exterminamos muitos desses povos e seguimos fazendo o mesmo ou no mínimo fechando os olhos para aqueles que o fazem. Se temos questionado nosso modo de vida, nossas escolhas, nossos impactos sobre o planeta, não precisamos também questionar nossa ideia de superioridade?

Não é esse o momento de fazermos um exercício de humildade e retratação e ouvirmos aqueles aos quais nunca demos voz? Por que temos tanta resistência em ouvir o que eles têm a nos dizer, quando a história nos mostra que eles têm muito mais sabedoria do que nós para viver de forma harmônica com a natureza?

O bem viver

David Choquehuanca Céspedes⁶ compara o conceito de *Bem Viver* com a noção ocidental de «Viver Melhor». O Viver Melhor é um conceito capitalista, baseado na comparação entre os sujeitos, onde alguns poucos teriam seu bem estar garantido em decorrência da exploração de muitos. Por isso, gera desigualdade e injustiça social.

Já o Bem Viver, segundo Acosta,⁷ «é uma categoria em permanente construção e reprodução», que foi incorporada na Constituição do Equador (2008) como *Sumak Kawsay*. (*Sumak* significando: plenitude, o ideal, o bom e *Kawsay*: vida) e na Constituição da Bolívia (2009) como *Suma Qamaña* (*Suma* significando: plenitude, sublime e *Qamaña*: vida, conviver, viver). Nesses países, ela representa uma alternativa aos atuais conceitos ocidentais de desenvolvimento e crescimento econômico.

⁵ Timothy D. Ireland, «A agenda CONFITEA: um trabalho em andamento», em *Educação de adultos em retrospectiva, 60 anos de CONFITEA*, ed. Timothy D. Ireland e Carlos Humberto Spezia (Brasília: UNESCO, MEC, 2014).

⁶ David Choquehuanca Céspedes, «Hacia la reconstrucción del Vivir Bien», *América Latina en Movimiento*, vol. *Sumak Kawsay: recuperar el sentido de vida*. no 452 (2010): 8-13

⁷ Alberto Acosta. *O Bem Viver*, 71.

Podemos encontrar outras nomenclaturas para o Bem Viver, dependendo da comunidade. No entanto, todas trazem princípios de equilíbrio, harmonia, plenitude, natureza, espiritualidade, ancestralidade, complementaridade, convivência e valor à vida. Os mapuches, aymara, quechua, guaranis, araanas, entre outros povos, seguem filosofias muito parecidas com as do Bem Viver. Porém, Equador e Bolívia são de fato os países onde o conceito é mais amplamente vivido, pois está incorporado à estrutura jurídica do Estado.

Fernando Huanacuni,⁸ advogado aimara e pesquisador da cosmovisão ancestral dos povos indígenas, explica que no ocidente existem 2 estruturas sociais: a individual extrema, que é o capitalismo, e a coletiva extrema, como o socialismo e o comunismo. Nessa última o bem estar está mais associado ao coletivo de seres humanos mas, ainda assim, restrita somente aos seres humanos. Apesar das diferenças, os dois modelos trazem uma visão antropocêntrica de mundo, onde o humano é o centro de tudo e a natureza estaria apenas a seu serviço.

Para ele, o Bem Viver seria uma alternativa à crise econômica, social e jurídica que vivemos atualmente, por trazer uma concepção de vida mais profunda e igualitária.

Existem outras filosofias com princípios parecidos, como por exemplo o Ubuntu, que significa «eu sou porque tu és», filosofia africana que traz a ideia de que a existência de um ser está conectada a de todos os outros seres. O Ubuntu também tem o respeito, a comunidade, a partilha, o cuidado, a confiança, a generosidade, como valores fundamentais. Na obra *Ubuntu, el espíritu de la humanidad*, Helen Sayers⁹ refere que a origem do termo «ubuntu» é encontrada na frase zulu «umuntu, nigumuntu, nagamuntu» e está associada à relação de um indivíduo com os outros, uma vez que cada pessoa depende das outras para ser; considera os seres humanos como um todo, posicionando-se em oposição à filosofia do individualismo, já que através da solidariedade coletiva as pessoas se apoiam mutuamente. Além disso, como diz Kasanda, o Ubuntu também se refere à atitude humana em relação à natureza e ao meio ambiente: o ecossistema, as florestas, os rios, os animais não são bens nem objetos com um propósito econômico; fazem parte de nossa humanidade, pois participam de nossa condição e de nossa qualidade de vida: são fundamentais para o equilíbrio e a harmonia necessários para o Bem Viver.¹⁰ O mais importante documento de direitos humanos da África, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, reflete essa filosofia de solidariedade e sentimento de comunidade em seus artigos, e o mesmo pode ser dito das propostas de importantes líderes africanos, como Nelson Mandela ou Desmond Tutu.

Na entrevista acima mencionada, Huanacuni aponta também que o Bem Viver traz uma visão não hierárquica da vida e sim cíclica, onde tudo está integrado e tem a mesma

⁸ Fernando Huanacuni, *Construyendo un nuevo Estado* (2014). Vídeo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FQo-qljS6Qc>

⁹ Helen Sayers, *Ubuntu, el espíritu de la humanidad* (2012). Disponível em <http://www.livingvalues.net/resources/Ubuntu/Ubuntu-spanish.pdf>

¹⁰ Albert Kasanda, «El Ubuntu como una narrativa africana para el desarrollo», em *Otros horizontes de vida. Diálogos sobre 'desarrollo' y 'vivir bien'*, ed. Micaela Román e Abraham Colque (La Paz: ISEAT, 2013), 61.

importância. Homens e mulheres cumprem diferentes funções na comunidade, mas estas são igualmente valoradas. Além disso, o conceito de comunidade não inclui somente os seres humanos, mas todo o ambiente: montanhas, rios, estrelas, plantas, astros, animais e também o ser humano. Inclusive seus ancestrais, que são por eles extremamente respeitados e reverenciados, pois são eles que transmitem sabedoria de geração para geração.

Nunca estamos sozinhos.
Nossos antepassados têm os olhos voltados para nós.
Nós somos pequenos e somos grandes,
Porque cada coisa que existe é pequena e é grande.
Cada caminho tem que ser pisado muitas vezes para que se torne um
caminho seguro. O melhor momento para se viver é sempre o hoje.¹¹

Os povos indígenas acreditam que a Terra é nossa mãe e que, portanto, não devemos ter uma relação de propriedade sobre ela. Segundo Huanacuni, esses povos inclusive questionam o termo de «planeta», que classifica a Terra, apenas como parte do sistema solar, um planeta entre outros, desconsiderando-a como a mãe Terra. Nosso conceito de «recursos» também revela uma visão sobre a natureza como fonte de exploração, inclusive os «recursos humanos» que colocam o trabalho humano como algo a ser explorado por nosso sistema econômico, de forma mercantilizada.

Segundo o Bem Viver, todos devem ter onde morar, dormir, comer, portanto, a ideia de propriedade existe como um direito de todos, mas estaria ligada à quantidade de membros da família, e vem junto com a responsabilidade de cuidar daquele espaço. Também há o incentivo para que os cidadãos, desde cedo, participem das tomadas de decisões públicas, desenvolvendo, assim, o compromisso coletivo e a preocupação com o bem da comunidade.

Para garantir esse direito a todos, propõe-se a redistribuição de grandes propriedades para pessoas que não têm nada para poderem produzir. Dentro da concepção de Bem Viver, as diferenças de poder são inaceitáveis, a vida está acima de tudo. Onde houver produção de alimentos suficiente para quem não os têm, estes devem estar disponíveis para uso dos que necessitam. Outro princípio é o de substituir a monocultura pela multicultura, valorizar os pequenos agricultores, substituir sementes transgênicas por naturais, promovendo assim, um modo de vida mais sustentável e orgânico.

Portanto, a economia dentro do Bem Viver busca melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, estando a serviço das pessoas e não do mercado.

No Brasil, a luta dos povos indígenas (guarani, tupinambá, kreyê, kanamari, entre outros), para poder viver sob os princípios do Bem Viver é grande. Os fazendeiros e produtores agrícolas têm interesses econômicos pelas terras indígenas e como as políticas do governo a favor desses povos são falhas existe, há anos, uma luta incessante entre esses grupos. Os indígenas pedem a demarcação de seus territórios de direito, porém agriculto-

¹¹ Daniel Munduruku, *O diário de Kaxi* (São Paulo: Salesiana, 2001), 10.

res avançam sobre suas terras, muitas vezes inclusive os exterminando para consegui-las. A mídia muitas vezes não noticia de forma séria esses confrontos, o que acaba por deixar os indígenas ainda mais marginalizados e abandonados à própria sorte. Mais uma vez, tudo gira em torno de interesses econômicos, o que reforça a dimensão cruel do sistema em que vivemos.

Iara Bonin, em seu trabalho «O Bem Viver indígena e o futuro da humanidade»¹² traz o relato do líder indígena Raimundo Kreyê, (Maranhão), que nos conta:

Convivemos com outros parentes e nos relacionamos bem com outras comunidades porque nossa forma de viver é respeitando as pessoas e os seres. Com uma nova geração que nasceu e não merece viver na penúria, decidimos buscar o nosso direito. Em 2003 e 2004 buscamos o reconhecimento de nosso povo. A Funai (Fundação Nacional do Índio) declarou que não existimos mais, mas voltamos a lutar e queremos nosso reconhecimento. Este é, para nós, um momento de luta e, um dia, vamos contar para vocês a história do Bem Viver.

Encontramos também, no mesmo trabalho, o relato de Kurá Kanamari, líder no Amazonas:

Estamos lutando para viver com nossa cultura, falar nossa língua, comer o peixe pescado na hora, sentir o cheiro da floresta, isso é o Bem Viver! Não é Bem Viver estar à beira da estrada, passar fome, sem a nossa terra, que é a nossa mãe. Quero que meu filho viva a plantação e a colheita, viva do peixe, da água, do alimento. Não quero ver meu filho tendo que deixar a floresta para trás. Nós somos a terra! Estamos brigando por uma causa que não é só nossa, dos povos do Vale do Javari. Não falo por um povo só. Falo por todas as pessoas que vivem e que respeitam a vida dos outros. Ninguém vive só¹³.

Utopia possível

Um modo de vida tão diferente ao que estamos acostumados, nos parece, em princípio, irrealizável. Porém, se nos aproximarmos de alguns exemplos já existentes, poderemos perceber que está mais próximo do que imaginamos.

O Bem Viver não é um retorno ao passado, mas uma possibilidade de futuro. Não é a negação das conquistas tecnológicas e outras importantes da vida não indígena, mas a inversão de prioridades para seu uso, que deve estar em função da vida e bem estar de todos e não de um mercado. No Bem Viver, essas conquistas não podem ser utilizadas como forma de dominação entre sociedades ou como apropriação da natureza pelo ser humano. Elas devem estar disponíveis a todos, de forma justa e igualitária.

O fundamental é a inversão das prioridades: a vida, as relações, a justiça e a coletividade devem vir antes do mercado, do dinheiro e da individualidade.

Luis Macas¹⁴, ex-presidente da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, esclarece:

¹² Iara Bonin, «O Bem Viver indígena e o futuro da humanidade», *Encarte Pedagógico Porantim* (2015): 1-4. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/Porantim/2015/Encarte_Porantim381_dez2016.pdf

¹³ *Ibidem*

¹⁴ Luis Macas, «Sumak Kawsay: La vida en plenitud», *América Latina en Movimiento*, vol. *Sumak Kawsay: recuperar el sentido de vida*. no 452 (2010): 16, a tradução é nossa.

Estamos apresentando uma proposta como uma opção de vida para todos, não é uma proposta indígena para os povos indígenas, mas para toda a sociedade (...). O objetivo é recuperar e desenvolver nossos sistemas de vida, instituições e direitos históricos, antes do Estado, para descolonizar a história e o pensamento.

Dentro das bases legais, há importantes conquistas já realizadas, como mostram os seguintes documentos:

- Convênio C169 da OIT de Genebra, (27/6/1989) – Convênio que se compromete a garantir os direitos e a integridade das populações indígenas, em relação à segurança social, empregos, territórios, educação, entre outros.
- Declaração dos direitos da Mãe Terra (2010) - Em complemento à declaração dos direitos humanos, discorre sobre princípios gerais para a conservação de toda forma de vida e a urgência em se manter o equilíbrio e a qualidade da natureza e conservar os recursos naturais.
- Declaração do dia da Mãe Terra (ONU, 22 de abril de 2009) - Este dia oficializa a celebração da Declaração dos Direitos da Mãe Terra.
- Reconhecimento da água como direito humano pela ONU (julho/2010) – Diante de dados alarmantes sobre milhões de pessoas que não têm acesso à água potável e ao saneamento básico ao redor do mundo, nesse documento reconhece-se a importância de dispor saneamento e água potável e como componentes essenciais dos direitos humanos.
- Incorporação do conceito de Bem viver na Constituição Política do Equador (27/07/2009)
- Constituição Política do Estado Plurinacional de Bolívia (Oruro, 2009)

A professora Catherine Walsh¹⁵ afirma que a incorporação do conceito de bem viver nas constituições da Bolívia e Equador foram conquistas históricas. Antes disso, o modo de vida indígena estava contemplado nas constituições destes países, mas apenas como política de inclusão, direitos especiais e, ainda assim, tendo como modelo dominante o ocidental. Nas novas constituições, o modelo plurinacionalista propõe a incorporação e contribuição do Bem Viver a toda a sociedade; promove transformações reais e profundas na estrutura social. Um exemplo disso é que a ancestralidade passa a ser considerada como fonte de conhecimento para toda a sociedade, trazendo novas e mais profundas formas de interpretar e compreender o mundo. Outra conquista importante é a de considerar a natureza como sujeito de direitos.

¹⁵ Catherine Walsh, «Carta do Equador é intercultural e pedagógica», *Revista Consultor Jurídico* (2009, junho 27). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-jun-27/carta-equador-aspecto-interculturalizador-pedagogico>. (Consultado em: 20/05/2018).

Transformar pela educação

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.

Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele[...] todo conhecimento deve contextualizar seu objeto, para ser pertinente. «Quem somos?» é inseparável de «Onde estamos?», «De onde viemos?», «Para onde vamos?».¹⁶

A escola é o primeiro lugar onde as crianças entram em contato com a coletividade em uma escala mais ampla. Nesse espaço, elas têm que aprender a seguir regras coletivas, conviver, dividir espaços, brinquedos e atenção dos adultos. Esse ambiente, assim como tudo o que for ensinado às crianças dentro dele, é de total importância em suas vidas e formação.

O modelo tradicional dominante que conhecemos é um modelo reproducionista, que estimula a individualidade e a competição e valoriza muito pouco a criatividade e as potencialidades de cada um. Neste modelo, os alunos são preparados para a vida adulta, para o mercado de trabalho, para a competição, perdendo seus tempos de brincadeiras e ócio, tão necessários para seu desenvolvimento.

As avaliações analisam resultados, comparam desempenhos e incentivam a competição, classificando as crianças em melhores e piores, segundo padrões que ignoram capacidades e competências particulares, homogeneizando as ideias de competência e desenvolvimento.

Nietzsche critica as instituições de ensino de sua época em seu livro, *Escritos sobre educação*,¹⁷ afirmando que estas treinam os estudantes apenas para servirem aos interesses do Estado, da ciência e do mercado. Fala sobre o uso de elementos comuns e medíocres dos indivíduos, nivelando-os para seu «melhor uso», e não estimulando-os em suas singularidades. Cita a memorização como a forma mais usada para se educar, em vez de ação e criação. Esta época à qual se referia o autor são os meados do século XIX, mas ao lermos o texto, percebemos que pouco mudou daqueles tempos para os de hoje.

Desde muito cedo não é apresentada às crianças a possibilidade de questionar, de transformar a sociedade, assim como são negadas as experiências do debate e da reflexão. Na fase da adolescência, em que os alunos vivenciam um momento de mais questionamento e transgressão, seus anseios, críticas, reflexões, são considerados uma rebeldia, e a chegada da fase adulta com todas as responsabilidades que esta exige, viria para «acalmar os hormônios» e solucionar a questão, como se a adolescência fosse uma fase transitória e menos importante. Pouco se valoriza esse momento de inquietude

¹⁶ Edgar Morin, *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (São Paulo: Cortez, 2000), 47

¹⁷ Friedrich Nietzsche, *Escritos sobre Educação* (São Paulo: Loyola, 2003).

e criatividade típicas dessa idade, onde ao perceber o mundo e suas desigualdades, poderíamos deixar os jovens imaginarem novos mundos, proporem ideias, serem sujeitos transformadores da história. É na escola que deveríamos vivenciar e aprender todas essas coisas, não apenas conteúdos, mas também o desenvolvimento de um pensamento crítico, transgressor, criativo e libertário.

A filosofia do Bem Viver questiona os modelos de educação atuais, que ao seguirem a lógica ocidental do «Viver Melhor», estimulam a competição e os resultados individuais. No Bem Viver, a educação é para todos e a responsabilidade da educação é de toda a comunidade. Todos ensinam e aprendem juntos, pais, mães, avós, avós, amigos, professores. Como diria Paulo Freire, «ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo».¹⁸

Huanacuni¹⁹ aponta que a educação, dentro do conceito do Bem Viver, é circular: os adultos ensinam os jovens e as crianças, mas também os jovens e crianças ensinam os adultos. Cada um, em seu momento de vida, é capaz de ensinar qualidades e virtudes ao outro, numa troca de saberes. Assim como o próprio processo educativo é permanente, nunca acaba. A avaliação se faz de forma comunitária, através de trabalhos coletivos, que incentivem e aproveitem as capacidades de cada um dos indivíduos.

Estudo de caso: escolas do bem viver

Este Estudo de Caso justifica-se por seu caráter inovador e por seus resultados em relação aos objetivos da Educação para Todos (EPT 2000 - 2015), do Marco de Ação de Dakar (Fórum Mundial sobre a Educação, 2000).

Após a Constituição do Equador de 2008, as políticas públicas pensadas para a educação neste país passaram por mudanças significativas, com a intenção de contemplar os princípios do Bem Viver e transformá-los em uma realidade do dia a dia, num projeto de educação para a cultura de paz, voltado à comunidade.

Equador é um país diverso, tanto em biodiversidade como culturalmente (coexistem quinze nacionalidades e povos indígenas, o que representa em torno de 40% da população). Para contemplar tal diversidade, o programa educacional do Equador busca desenvolver políticas sociais e educacionais inclusivas e que reduzam as desigualdades sociais e a vulnerabilidade social do país. Assim, seu principal objetivo é «garantir a qualidade da educação nacional com equidade, visão intercultural e inclusiva, a partir de uma abordagem de direitos e deveres para fortalecer a educação cidadã e a unidade na diversidade da sociedade equatoriana».²⁰

¹⁸ Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido* (São Paulo: Paz e Terra, 1994) 39.

¹⁹ Fernando Huanacuni, *Construyendo un nuevo Estado* (2014).

²⁰ Ministério da Educação e Cultura, 2006, p. 4, a tradução é nossa

Na Constituição do Equador de 2008, na parte que fala sobre o regime do Bem Viver, na sessão sobre Educação, há alguns artigos sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado, entre eles:

Art. 343 - O sistema nacional de educação terá como finalidade o desenvolvimento de capacidades e potencialidades individuais e coletivas da população, que possibilitem a aprendizagem, e a geração e a utilização de conhecimentos, técnicas, saberes, artes e cultura. O sistema centrar-se-á no sujeito que aprende e funcionará de maneira flexível e dinâmica, inclusiva, eficaz e eficiente.

O sistema nacional de educação integrará uma visão intercultural de acordo com a diversidade geográfica, cultural e linguística do país e o respeito pelos direitos das comunidades, povos e nacionalidades.

Art. 347 - Será da responsabilidade do Estado:

[...]

2. Garantir que os centros educativos sejam espaços democráticos para o exercício dos direitos e a convivência pacífica. Os centros educativos serão espaços para deteção precoce de requisitos especiais.

3. Garantir modalidades de educação formais e não formais.

[...]

9. Garantir o sistema de educação intercultural bilingue, no qual se utilizará como língua principal de educação a de nacionalidade respectiva e o castelhano como idioma de relação intercultural, sob a reitoria das políticas públicas do Estado e com total respeito aos direitos das comunidades, povos e nacionalidades.

10. Assegurar-se de que se inclua nos currículos de estudo, progressivamente, o ensino de pelo menos uma língua ancestral.

11. Garantir a participação ativa de estudantes, famílias e docentes nos processos educativos.²¹

Pesquisando mais concretamente iniciativas existentes nesse país que estejam de acordo com estes princípios, pode-se citar o programa do Ministério da Educação «Escolas do Bem Viver» baseado na cosmovisão dos povos originários e inspirado no Sumak Kawsay, que pretende implementar a filosofia do Bem Viver como complemento ao modelo pedagógico regular, trazendo valores de sua cultura, princípios e práticas democráticas, e proporcionando uma educação reflexiva, crítica e transformadora.

Uma educação inspirada em princípios éticos, pluralistas, democráticos, humanistas e científicos, que promova o respeito pelos direitos humanos, direitos coletivos, desenvolva o pensamento crítico, promova a mentalidade cívica; forneça habilidades para eficiência no trabalho e produção; estimule a criatividade e o pleno desenvolvimento da personalidade e as habilidades especiais de cada pessoa; promova a interculturalidade, a solidariedade e a paz. Uma educação que prepare os cidadãos para a produção de conhecimento e para o trabalho.²²

²¹ Constitución de la Republica del Ecuador (s.d). Asamblea Constituyente. 60-61. Disponível em:<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoDoEquador.pdf>, a tradução é nossa.

²² Ministério da Educação e Cultura, 2006, 10, a tradução é nossa.

Milton Luna²³ argumenta que a educação para o Bem Viver tem que beber de quatro fontes:

- a) Abordagem com foco nos direitos: o sentido da educação equatoriana «deve ser nutrido pela doutrina dos direitos humanos e pelo entendimento de que a educação é um direito fundamental que afeta todos os direitos»;²⁴ portanto, a educação está inter-relacionada com a totalidade das dimensões da realidade, tanto no nível dos direitos civis e políticos quanto dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- b) Novos paradigmas de desenvolvimento, criticando o modelo baseado em uma visão antropocêntrica e a ideia de crescimento. Os princípios do Bem Viver propõem uma mudança de foco, em que uma reconceituação da natureza é apontada, dentro da qual a humanidade é incluída: «A ideia é passar do antropocentrismo para o biopluralismo, baseado na equidade, na justiça social e na permanente democratização da sociedade».²⁵ A escola, portanto, deve enfrentar o desafio dessa reconexão do ser humano com o meio ambiente e com a comunidade.
- c) O conceito de Bem Viver ou *Sumak Kawsay*, ou seja, a recuperação da vida ancestral dos povos originários, que, como aponta Luna, são «baseados na solidariedade, alegria, plenitude de realização individual e coletiva, complementaridade, a reciprocidade andina e a relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza»;²⁶ que requer uma abordagem intercultural e a aceitação da diversidade.
- d) A recuperação do secularismo: «A educação deve visar a criação de homens e mulheres livres, tolerantes e plurais, respeitosos ao 'outro' e com capacidades para o pleno exercício de seus direitos e responsabilidades como cidadãos do país»;²⁷ requer a participação ativa de todos os atores que fazem parte do processo educacional.

Em definitivo, essas escolas, dentro de seus programas educativos, buscam ensinar valores, direitos e responsabilidades, interculturalidade, inclusão e mobilidade. Desenvolver o ensino da educação ambiental, alimentação saudável, interação respeitosa com os entornos naturais, uso sustentável dos recursos através dos «3Rs» (reduzir, reciclar e reutilizar); também o ensino da educação sexual para erradicação das violências sexuais. Atualmente, este projeto existe em mais de 2400 instituições educativas, e chega a beneficiar em torno de 620.700 estudantes e 21.400 docentes.

Podemos citar a escola Delia Ibarra de Velasco, em Quito (Equador) como um bom exemplo. Esta escola, segundo a diretora Gina descreve no vídeo institucional do Minis-

²³ Milton Luna Tamayo, «En busca del sentido de la educación ecuatoriana», en *Educación y Buen Vivir. Reflexiones sobre su construcción*, ed. Francisco Cevallos Tejada (Quito: Contrato social por la educación, 2012), 55-62.

²⁴ *Ibidem*, 56, a tradução é nossa.

²⁵ *Ibidem*, 57, as traduções son nossas .

²⁶ *Ibidem*, 58.

²⁷ *Ibidem*.

tério da Educação,²⁸ é autogestionada e conta com a participação e comprometimento de toda a comunidade educativa: professorado, alunado, pais e mães e cidadãos em geral. Através de projetos e trabalhos em conjunto, planejam as atividades com as crianças de acordo com os princípios do Bem Viver, nos quais acreditam. Buscando, ao mesmo tempo, cumprir com as exigências do ensino regular e também realizar de forma efetiva e afetiva um trabalho com todos os membros da comunidade educativa.

Existem as séries regulares, mas os grupos fazem projetos voltados para a comunidade escolar e para o bem da escola como um todo. Há um grupo de crianças do 5º ano, por exemplo, que faz artesanatos, usando materiais reciclados para o uso de todos. Muitos dos materiais da escola, inclusive jogos de matemática, brinquedos, entre outros, são feitos de materiais recicláveis. Há uma horta comunitária onde as crianças cuidam e aprendem sobre as diferentes espécies cultivadas.

A comunidade é constantemente convidada a participar das decisões (pais e mães, estudantes, professorado, líderes comunitários e habitantes da região). O incentivo à cultura física e ao tempo livre também são aspectos importantes e valorizados.

A cultura tradicional é preservada, com celebrações e aprendizagem de danças, músicas e outras expressões típicas dos povos mais antigos. Também através da valorização dos sonhos e do respeito pela ancestralidade, aspectos tão presentes nas culturas indígenas.

O vídeo «Escuela del Buen Vivir, Coordinación Zonal 3» (2014), publicado pelo Ministério da Educação, explica brevemente este projeto e mostra as próprias crianças como protagonistas, para fazer a apresentação dos espaços, contar sobre os projetos realizados e os cuidados com a comunidade. Anthony, um dos alunos apresentadores, fala sobre a importância de manter as raízes de sua cultura, para que ela não se perca ou seja desvalorizada diante de outras. Verónica conta como se separam os materiais para reciclar e os utilizam para construir novos. Os alunos demonstram estar bastante apropriados e conscientes da filosofia da escola e de tudo o que fazem para mantê-la.

Sabemos que ainda há muitos desafios pendentes: aumentar o acesso da população infantil (com menos de 5 anos) ao sistema educacional; aprofundar a educação intercultural dando maior destaque aos povos indígenas; expandir a formação de professorado em todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar até a universidade; priorizar a educação de pessoas com necessidades especiais; combater o analfabetismo dos adultos, entre outros.

No entanto, como conclusão, pode-se dizer com Agustín De la Herrán Gascón, Ana Isabel Ruiz Cedeño e Fernando Lara Lara²⁹ que, embora as conquistas deste novo sistema educacional ainda não possam ser avaliadas por serem recentes, já começam a

²⁸ https://www.youtube.com/watch?v=10_LJgdS-9I

²⁹ Agustín De la Herrán Gascón, Ana Isabel Ruiz Cedeño, Fernando Lara Lara, «Claves del cambio educativo en Ecuador», *Foro de Educación*, 16 (24), pp. 141-166.

ser notadas na própria formação de uma cidadania mais ligada à naturalização, crítica, democrática e aberta à diversidade e pluralidade. Em 2015 abordaram significativamente os objetivos da EPT (Educação para Todos), superando em alguns casos as expectativas marcadas pelas Nações Unidas. Desta forma, o Equador, um país que em 2006 obteve baixos resultados de aprendizagem em relação a outros países em seu meio ambiente, chegou inclusive, segundo a UNESCO, a ser um dos mais avançados em suas conquistas, despertando um grande interesse em nível internacional.

